



PROCESSO Nº: 5267/2018 – TC

INTERESSADO: SIGILOSO

ASSUNTO: DENÚNCIA

DESPACHO

De início, à Diretoria de Expediente para **atribuição de sigilo e caráter seletivo** ao feito em tela (art. 2º da Resolução nº 009/2011 – TC), haja vista a presença dos requisitos de materialidade, risco e relevância, devendo a Diretoria de Expediente classificá-lo como tal.

Tendo em vista o teor do expediente em tela e considerando o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, **RECEBO A DENÚNCIA/REPRESENTAÇÃO**, razão pela qual determino a remessa dos autos ao Corpo Técnico competente para proceder com a instrução preliminar sumária do feito, na forma do art. 80, §1º c/c art. 81, parágrafo único, ambos da Lei Complementar Estadual nº 464/12.

Isto feito e independentemente de nova remessa a este Gabinete, devem os autos seguir ao Ministério Público de Contas.

Cumpra-se com urgência.

Natal/RN, 7 de junho de 2018.

(Documento assinado digitalmente)

Conselheira Maria Adélia Sales

Relatora